A GUERRA DO PARAGUAI NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: REPRESENTAÇÕES E PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964–1985)

Rosana Alcântara Silva
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0001-9963-2037
Endereço eletrônico: rosanaalcantarasilva@gmail.com

Oliveira Adão Miguel
Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla, Angola
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0009-4612-3886
Endereço eletrônico: oliveira.miguel@isced-huila.edu.ao

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; ensino de História; Guerra do Paraguai; livros didáticos; memória.

INTRODUÇÃO

O presente texto é um recorte da pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e se propõe a analisar as representações da Guerra do Paraguai presentes nos livros didáticos de História publicados e utilizados no Brasil no período da Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985), identificando as formas de apropriação das diferentes perspectivas historiográficas sobre o conflito, com especial atenção à corrente revisionista em sua óptica heterogênea, e estabelecendo, quando pertinente, diálogos com as interpretações tradicional e contemporânea, esta última tomada como referência historiográfica posterior ao recorte temporal da pesquisa, a fim de identificar continuidades, rupturas e transformações nas narrativas didáticas sobre a guerra.

A Guerra do Paraguai (1864-1870) foi um dos maiores embates bélicos da América, mobilizando a Tríplice Aliança (Império do Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai, na época governado por Solano López (cujo governo durou de 1862 a 1870) em uma batalha que durou quase cinco anos. Entre suas causas está o desequilíbrio nas forças políticas na região da Bacia do Prata, em virtude da intervenção brasileira nas eleições uruguaias em 1864 (Chiavenato, 1979). Além disso, os países beligerantes possuíam pretensões expansionistas na

referida região. Em números, este conflito foi responsável pela morte de 23.917 a 100.000 mortos, de acordo com Salles (1990). Após o conflito, o Paraguai teve sua população masculina praticamente dizimada, perdeu territórios e ficou sem qualquer autonomia política, em virtude da ocupação militar argentina, brasileira e uruguaia até 1876 (Maestri, 2013).

No campo da historiografia, o debate sobre a Guerra do Paraguai se dividiu em três correntes principais: tradicional, revisionista e contemporânea. A vertente tradicional (Cerqueira, 1980), de cunho memorialístico e patriótico, foi produzida após o término da guerra por participantes ou testemunhas e tinha como características a exaltação dos vencedores e a culpabilização exclusiva de López pelo conflito. Já a corrente revisionista (Chiavenato, 1979) se desenvolveu no contexto das ditaduras militares na América Latina, tendo caráter de questionamento aos governos ditatoriais. O revisionismo atribuiu a guerra aos interesses imperialistas da Inglaterra, que teria manipulado os países aliados a invadir o Paraguai. Por sua vez, a vertente contemporânea (Salles, 1990; Doratioto, 2003; Maestri, 2013) superou a dicotomia das visões anteriores, apresentando as motivações geopolíticas dos países envolvidos e as precárias condições do conflito.

METODOLOGIA

A presente pesquisa se define como um estudo de natureza qualitativa, com enfoque na análise bibliográfica e documental. O *corpus* documental é composto, provisoriamente, por oito manuais didáticos que circularam no período estabelecido: *Compêndio de História do Brasil* (1968), de Antonio José Borges Hermida; *História do Brasil* (1968), de A. Souto Maior; *História do Brasil* (1970), de Plínio Salgado; *História Fundamental do Brasil* (1972), de Lage e Moraes; *Ensino criativo de História do Brasil* (1976), de Alcione Abramo; *Trabalho dirigido de História do Brasil* (1976), de Elian Alabi Lucci; *História do Brasil* (1979), de Maria Januária Vilela Santos; e *História do Brasil* (s/d), de Víctor Mussumeci.

A apreciação se dará por meio da Análise de Discurso (AD) (Orlandi, 2003), integrando a dimensão textual e visual. O foco analítico recairá sobre como o discurso didático se apoia nas correntes historiográficas sobre a Guerra do Paraguai na construção de sentidos sobre o conflito, a exemplo do uso da Formação Discursiva em adjetivos usados para os governantes. Em paralelo, será conduzida uma análise iconológica do material visual dos

livros, como mapas, gravuras e charges, os quais serão examinados não como meras ilustrações, mas como parte ativa do discurso, buscando compreender o que suas escolhas revelam sobre a mentalidade e a ideologia da época. A AD será fundamental para identificar não apenas as interpretações predominantes em cada período, mas, sobretudo, como as lacunas discursivas podem contribuir na manutenção ou ruptura de certas perspectivas. Nesse sentido, os livros didáticos constituem fontes privilegiadas que atuam na construção ativa de narrativas inseridas em contextos políticos, educacionais e culturais específicos. Considerando as transformações sofridas pelas interpretações da Guerra do Paraguai, desde abordagens tradicionais centradas no Estado para visões revisionistas e, posteriormente, para perspectivas problematizadoras contemporâneas, busca-se compreender como essas matrizes são selecionadas e reelaboradas no espaço escolar.

O referencial teórico se baseia em uma articulação entre três eixos teórico-metodológicos: a produção historiográfica acerca da Guerra do Paraguai, fundamentada em Salles (1990), Doratioto (2003), Maestri (2013), Cerqueira (1980) e Chiavenato (1979); os estudos sobre a memória, baseados em Halbwachs (1990) e Le Goff (1990); e a análise do livro didático como elemento cultural e pedagógico, além de um produto cultural e ideológico, apoiada em Bittencourt (2008), Fonseca (2003) e Munakata (2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados parciais obtidos a partir da análise das fontes indicam uma predominância da corrente historiográfica tradicional nos livros pesquisados. Os dados demonstram que as obras privilegiam a narrativa de exaltação dos militares brasileiros e a culpabilização unilateral do Paraguai, personificado na figura de seu governante. Autores como Salgado (1970), Abramo (1976), Lucci (1976) e Mussumeci (s/d) acionam formações discursivas que enquadram o governo de Solano López como uma ditadura, utilizando repetidamente os termos "ditador", "tirano" e "despótico". Mesmo nas obras em que a expressão “ditador” não é explicitada (Lage; Moraes, 1972; Santos, 1979), a responsabilidade pelo conflito recai exclusivamente sobre as ambições expansionistas paraguaias e o suposto projeto de formação do "Paraguai Maior".

Em contrapartida, o Estado brasileiro é frequentemente retratado de forma idealizada, passiva ou benevolente. Lage e Moraes (1972) justificam a posição brasileira como uma

defesa da integridade territorial platina, enquanto Mussumeci (s/d) chega a descrever o imperador como um "soberano pacifista", afirmando que o Brasil não fez exigências no pós-guerra e pautou-se por princípios cristãos ("amai-vos uns aos outros"). Na mesma linha ufanista, típica da ditadura civil-militar, Salgado (1970) atribui ao governo brasileiro sentimentos "nobres e generosos", ressaltando que a guerra foi declarada a López e não ao povo paraguaio, ao passo que descreve a infraestrutura bélica paraguaia como muito avançada e organizada. O foco exaustivo de todos os manuais reside na descrição episódica dos combates militares.

Ao fundamentar essa análise na literatura, constata-se a eficácia do livro didático como ferramenta de cristalização de memórias sociais (Le Goff, 1990). Um ponto que merece destaque são os fatores cruciais sobre a guerra que foram omitidos no discurso didático; apenas Abramo (1976) faz uma menção tangencial, em um único parágrafo, às precárias condições da guerra e à influência inglesa. As epidemias de cólera e varíola, que dizimaram grande parte das tropas de ambos os lados, sequer foram citadas. Essa supressão das dinâmicas sanitárias e a real motivação geopolítica da Bacia do Prata evidencia um mecanismo sistemático de institucionalização do esquecimento. Tais omissões corroboram a perspectiva de Halbwachs (2006) sobre a memória coletiva, demonstrando como as lembranças são reconstruídas e adaptadas em função dos quadros sociais do presente, nesse caso, a necessidade do regime militar de criar uma narrativa heroica e coesa.

CONCLUSÕES

Conclui-se que os livros didáticos publicados entre os anos de 1964 a 1985 não foram registros neutros do passado, mas reproduziram os discursos da corrente historiográfica tradicional. A culpabilização exclusiva do "ditador" paraguaio, a exaltação militar e o esquecimento dos custos humanos e sociais do conflito demonstram que o esquecimento foi uma estratégia pedagógica deliberada para sustentar uma narrativa patriótica incontestável. Nesse sentido, os resultados reforçam a importância de questionar criticamente como as narrativas historiográficas são selecionadas e disputadas no processo de construção do conhecimento escolar em História.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Alcione. **Ensino criativo de História do Brasil**. São Paulo: Editora do Brasil SA, 1976.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da campanha do Paraguai:** 1865-1870. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.

CHIAVENATO, Júlio José. **Genocídio Americano:** A Guerra do Paraguai. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra:** Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História:** experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papirus, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HERMIDA, Antonio José Borges. **Compêndio de História do Brasil**. 53. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. 340 p.

LAGE; MORAES. **História Fundamental do Brasil**. Belo Horizonte: Bernardo Álvares SA, 1972.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LUCCI, Elian Alabi. **Trabalho dirigido de História do Brasil (TDHB-6)**. São Paulo: Saraiva, 1976.

MAESTRI, Mário. **Guerra no papel:** História e historiografia da Guerra no Paraguai (1864-1870). Porto Alegre: LMC; Passo Fundo: PPGH UPF, 2013.

MAIOR, A. Souto. **História do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

MUNAKATA, Kazumi. **Produção e circulação do livro didático no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 5 ed. Campinas: Pontes, 2003.

SALGADO, Plínio. **História do Brasil**. São Paulo: FTD, 1970.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai:** Escravidão e cidadania na formação do Exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SANTOS, Maria Januária Vilela. **História do Brasil**. São Paulo: Ática, 1979.